

TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BAHIA: AS CONTRADIÇÕES DO AO PROGRAMA PROINFO

Eliane Nascimento dos Santos¹

Vanessa Costa dos Santos²

Resumo:

O texto trata da inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas escolas públicas, com recorte para as Escolas do Campo e o Programa Proinfo no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, Brasil. Apresenta o resultado de uma pesquisa estudo de caso realizada entre 2017-2019, por meio de visitas aos Círculos Escolares Integrados (CEI) da Educação do Campo, nos quais se encontram os laboratórios de informática do Proinfo. Os dados trazidos apontam para a situação de abandono dos laboratórios das escolas do campo da rede municipal de ensino.

Palavras-chave: TIC. Educação do Campo. Proinfo. Escolas do campo.

Introdução

Ao longo do tempo os recursos tecnológicos vêm sendo aperfeiçoados e são utilizados em vários setores da sociedade, sobretudo no espaço educacional, conforme apontam pesquisas publicadas em periódicos dedicados à temática das tecnologias digitais, a exemplo da Revista EAD em Foco, Revista Aprendizagem em EAD, Cadernos de Ciência & Tecnologia, Educação & Tecnologia, Revista Brasileira de Informática na Educação, Informática na Educação, dentre outros.

A evolução tecnológica é dinâmica e ocorre “cotidianamente”, trazendo novos produtos que alteram o comportamento humano, pois, as pessoas vão se adequando conforme as

¹Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino -PPGEn/UESB. Graduada em Pedagogia pela UESB. Pós-Graduada em Coordenação Escola EaD pela UFBA, Pós-Graduada em Mídias na educação EAD/UESB. Professora da Educação Básica no município de Vitória da Conquista/BA. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade, (GEPEMDECC/CNPq). E-mail: lika_enascimento@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3713-1317>

²Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Graduada em Geografia pela UESB; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo – GEPEC/CNPq; Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas, Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e Cidade – GEPEMDECC/CNPq. Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: vanessacosta792@gmail.com.



inovações. Partindo desta prerrogativa, este artigo traz o recorte de uma pesquisa de Mestrado, realizada no ano de 2019, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sobre os laboratórios de informática do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) nas escolas do campo no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia.

Vitória da Conquista está situado a 510 Km da capital do estado da Bahia. É o terceiro maior e mais populoso município e tem características muito peculiares, como uma grande extensão de área rural. O município atendeu no ano de 2019 a um total de 11. 526 alunos, distribuídos em 92 escolas do campo.

Com relação ao acesso tecnológico das Escolas do Campo no município pesquisado, foi realizada uma pesquisa estudo de caso de abordagem qualitativa tendo como objetivo: “Analisar o processo de implementação dos laboratórios de informática do Programa Proinfo nas escolas do campo do ensino fundamental do município de Vitória da Conquista/Ba, no período de 1997 a 2019.

1. A contextualização do Programa Proinfo para as Escolas públicas do Brasil

O Programa Nacional de Informática na Educação, Proinfo, surge após várias tentativas do Governo Federal em implantar a Tecnologia Educacional como política pública. O Proinfo é antecedido pelo Programa Nacional de Informática Educativa –PRONINFE, dentre outros anteriores que não tiveram êxito, mas, que foram importantes e contribuíram para o formato do programa Proinfo. O referido programa foi lançado em abril de 1997, por meio da Portaria 522 do Ministério da Educação, no entanto, esta proposta não chegou às escolas do campo, tendo em vista a forma como a Educação do Campo era tratada naquele período, ainda era denominada de Educação Rural³. A proposta foi idealizada para atender as escolas do meio urbano, todavia, conforme a pesquisa apresentada por Santos (2019b), o município pesquisado e muitos outros não foram contemplados pelo programa Proinfo, na primeira versão.

A execução da primeira versão do Proinfo ficou restrita ao Governo Federal e às Secretarias Estaduais de Educação (SEE), devendo estes obedecerem às regras definidas nas

³ A Educação Rural e Educação do Campo tem conceitos distintos. A Educação Rural foi o modelo de ensino proposto pelos latifundiários aos filhos dos trabalhadores rurais. O ensino era baseado nos rudimentos da leitura e da escrita. Já a Educação do Campo foi idealizada pelos movimentos sociais, a educação construída com o protagonismo dos seus povos. Para melhor compreensão leia Santos (2019.b)



Diretrizes do Proinfo (BRASIL, 1997), no tocante ao atendimento às escolas, mas, os dados encontrados sobre a funcionalidade do programa apontam que o mesmo não obteve sucesso quanto aos ideais propostos. O programa prevê, entre outros objetivos, “melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem”, tendo na informatização das escolas um destes recursos. Com esta premissa, propôs instalação de laboratórios de informática em escolas públicas para que os estudantes pudessem se familiarizar com o manuseio e acesso ao mundo digital. Como preconiza nas Diretrizes do Proinfo:

A crescente e irreversível presença do computador — dos recursos de informática de um modo geral — nos mais corriqueiros atos da vida das pessoas tornou indispensável, como ação de governo, a informatização da Escola Pública. Uma decorrência da obrigação do poder público de diminuir as diferenças de oportunidade de formação entre os alunos do sistema público de ensino e os da Escola Particular, esta cada vez mais informatizada (BRASIL, 1997, p. 02).

De acordo apresentado, o Governo Federal recomendou por meio do programa, inserir a tecnologia digital em escolas públicas, ao considerar que os estudantes de escolas particulares já acessam tais ferramentas, para o governo esta seria uma forma de reparação para com os filhos da classe trabalhadora.

Após dez anos da primeira proposta do Proinfo, por meio do Decreto 6.300 no ano de 2007 do Governo Federal, o programa foi reformulado e passou a contemplar a Educação do Campo. Seus objetivos principais eram:

- I - Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- II - Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas;
- III - Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IV - Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida (BRASIL, 1997, p. 3).

Na pesquisa realizada por Santos (2019b), vê-se que o município pesquisado passou a ser contemplado pelo Programa Proinfo a partir do ano 2008, tendo sido feita a distribuição dos laboratórios de informática em escolas do meio urbano e algumas escolas do campo. Tal ação durou apenas três anos, os laboratórios de informática foram distribuídos nas escolas até o ano de 2011. Ainda de acordo a pesquisadora, os laboratórios de informática foram distribuídos de

forma irregular ao que propõe a proposta do programa e, os estudantes do campo continuaram sem acesso à tecnologia educacional conforme preveem o Proinfo e o direito, expressos em leis.

Conforme pontuam Santos e Carvalho (2009), as pessoas que não acessam ou não têm pleno acesso às tecnologias são excluídas digitais, cabendo frisar que esta é uma realidade bastante “comum” na sociedade capitalista. Ao complementar esta discussão Castells (1999), destaca que:

Na verdade, há grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão desconectadas do novo sistema tecnológico [...] além disso, a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente (CASTELLS, 1999, p. 70).

Considerando a dificuldade de acesso às tecnologias e a condição financeira, muitos moradores do campo podem ser identificados como pessoas de baixo poder aquisitivo, carecendo de políticas públicas para terem acesso aos direitos instituídos.

De acordo com Santos (2019b), dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos -DIEESE (2014), apontam que as populações do campo vivem problemas que os caracterizam como populações desfavorecidas, economicamente.

As populações do campo continuam a enfrentar os desafios que reverberam nos aspectos socioeconômicos e dificultam uma melhor qualidade de vida. Os salários pagos aos trabalhadores ainda são baixos, a considerar que continuam a conviver com as dificuldades de acesso das pessoas do campo, à educação (SANTOS, 2019b, p. 121).

De acordo apresentam os estudos, as políticas públicas devem ser utilizadas para atender as necessidades de determinadas populações, por isso, o Programa Proinfo passou por reformulações visando atender, também, as especificidades dos estudantes do campo. Como pontua Souza (2007), a implementação e execução correta das Políticas Públicas contribuem para melhorar a vida da população, uma vez que é possível identificar as reais necessidades de determinado público, todavia, no Brasil este campo do conhecimento necessita de mais estudos e divulgação, pois, a aplicação errônea do projeto prejudica a vida do cidadão.

Conforme Bonilla (2010), o Proinfo foi o principal, dentre as iniciativas e ações das políticas públicas para inclusão da informática educativa, que dava oportunidade às escolas de acessarem a tecnologia digital, os programas anteriores tinham tido experiências frustradas, como certifica a autora:



O que podemos perceber dentre os programas e ações de inclusão digital adotados pelo Governo Federal é que as ações do MEC ainda são incipientes. Até o momento, o principal programa que oportuniza o acesso das escolas à tecnologia digital é o Proinfo (BONILLA, 2010, p. 45).

A proposta de inserção da informática educativa nas escolas públicas vem sendo elaborada há muito tempo e por vários governos. No ano 2007 houve a inclusão do nome Proinfo Rural e propunha atender as especificidades das populações camponesas, conforme destaca Bonilla (2010, p. 46): “O programa passou a chamar-se Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo, e dividiu-se em dois: Proinfo Urbano e Proinfo Rural, com o objetivo de atender também as escolas situadas nas zonas rurais”.

Contudo, apesar de o programa Proinfo vir ao longo do tempo passando por reformulação, adaptação, num tempo de 14 anos as escolas camponesas ainda anseiam por acesso à tecnologia educacional.

2. Procedimentos metodológicos

Para termos êxito no objetivo que pauta nossa investigação, foi realizada uma pesquisa estudo de caso com abordagem qualitativa, embora os aspectos quantitativos sejam apresentados nesta pesquisa, pois, em determinados momentos ambos tornam-se indissociáveis. Conforme expressa Gamboa (2002, p. 105):

De fato, as duas dimensões não se expõem, mas se inter-relacionam como duas faces do real num movimento cumulativo e transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las, uma sem a outra, nem uma separada da outra.

Em decorrência da pesquisa buscou-se quantificar o total de laboratórios de informática enviados pela Diretoria de Tecnologia e Inovação -DIRTI⁴- (órgão ligado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE), ao do município de Vitória da Conquista/BA e quantos destes equipamentos foram devidamente recebidos pelas escolas do campo. Buscou-se também interpretar e contextualizar, à luz da dinâmica social, as questões que estão imbricadas, sobretudo, no processo de distribuição dos equipamentos nas escolas do campo do município pesquisado.

⁴ – Diretoria de Tecnologia e Inovação, é um órgão do Governo Federal que objetiva “Prover serviços e soluções em tecnologia da informação e inovação para apoiar as estratégias e os objetivos institucionais do FNDE”.

Para que ocorresse a realização da pesquisa e explicitação dos dados foi necessário aplicar várias estratégias. A priori realizou uma busca aos documentos sobre o envio dos laboratórios de informática às escolas do campo do município de Vitória da Conquista, tendo sido adquirida por meio de diálogo com o DIRT/FNDE, visto que o órgão forneceu via correio eletrônico -E-mail, uma planilha em que aparece o quantitativo de laboratórios de informática enviados ao município. Em seguida, houve a visita em seis escolas do campo, para verificar se os laboratórios de informática foram entregues e se estavam devidamente instalados, conforme preconizam os documentos.

Contudo, objetivando confrontar os dados sobre a situação em que os laboratórios de informática do programa Proinfo se encontravam nas escolas e a realidade concreta, foi realizado diálogo, observação estruturada e aplicação de questionário com 12 professores e 12 estudantes, dois de cada CEI⁵ pesquisado, e ainda, com seis diretores, um de cada Círculo Escolar Integrado da Educação do Campo, em pesquisa. A visita *in loco* foi outro instrumento utilizado que permitiu a verificação da realidade dos espaços pesquisados. A posteriori, realizou-se uma análise e confronto dos documentos que normatizam o programa, chegando ao entendimento da realidade encontrada.

Ao que verificam Ludke e André (1996), a observação é uma estratégia de campo que combina a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a observação direta e a introspecção, ao mesmo tempo. De acordo as autoras: “é uma estratégia que envolve, pois, não só a observação direta, mas, todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada” (LUDKE, ANDRÉ, 1996, p. 28). Já o questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003), apresenta muitos elementos identificados como positivos, sendo estes:

- a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados;
- b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente;
- c) Abrange uma área geográfica mais ampla;
- d) Economiza pessoal em trabalho de campo;
- e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas;
- f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato;
- g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas;
- h) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador;

⁵ O Círculo Escolar Integrado da Educação do Campo, CEI da Educação do Campo, é um conjunto de escolas organizado nas imediações de um distrito, povoado ou localidade do meio rural. O CEI tem uma escola sede onde concentra a parte administrativa e pedagógica da escola. Esta organização foi criada pela Secretaria Municipal de educação de Vitória da Conquista/BA

- i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável;
- j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 201).

Diante desses aspectos pontuados pelas autoras, o questionário apresentou vários elementos que deram segurança na realização da pesquisa, coleta e análise dos dados.

Para compreender como as escolas do campo trabalham com o fornecimento de internet no espaço educativo, foi realizada a coleta de dados com 20 diretores do CEI da Educação do Campo, por meio da aplicação de um questionário, especificamente sobre este assunto, tendo sido esclarecido que a internet é paga pelos educadores que atuam em cada espaço escolar do campo pesquisado e fornecida por empresas privadas.

Do total de questionários aplicados houve a coleta de 100% destes instrumentos. A pesquisadora entregou pessoalmente aos pesquisados, durante a visita *in loco* nos CEIs, tendo recolhido-os nos momentos em que retornou às unidades escolares. Foi utilizado também o correio eletrônico (e-mails) e ainda o transporte que a escola do campo utilizava para levar os trabalhadores às unidades de ensino. Quanto aos estudantes, foi necessário que estes levassem o Termo de Assentimento para que os responsáveis assinassem-os, permitindo que o questionário fosse respondido pelos discentes e em seguida entregues à pesquisadora. Desta forma, foi possível a aplicação e devolução de todos os questionários e tabulação do instrumento utilizado, bem como, a explicitação dos dados encontrados. Para complementar a análise dos dados foi feita uma análise documental nos documentos federais e municipais que discorrem sobre o programa Proinfo e agora exposto a seguir.

2.1. O Proinfo em Vitória da Vitória da Conquista/BA

As mudanças e adaptações no cenário político foram acontecendo com o passar dos anos no Brasil, e a entrada do Partido dos Trabalhadores -PT- que visava ser um governo voltado à inclusão e acesso das massas trabalhadoras às políticas públicas, é uma destas. Santos (2019a), ao tecer análises sobre o acesso dos povos do campo às políticas públicas ressalta a importância do partido PT ao assumir a Presidência da República em 2003, se mantendo até o ano de 2016. No entanto, para a autora, o governo manteve uma série de iniciativas vindas das experiências de seus antecessores, a prerrogativa da “revolução educacional gerenciada” mantendo as políticas educacionais paliativas.

Neste ínterim, vê-se que apesar de ter mudado o partido de governo, os povos do campo

continuam a vivenciar experiências com as políticas públicas amenizadoras, que não reverberaram em práticas eficazes. O Proinfo Rural, por exemplo, sendo um programa incluso dentro da Política Pública, Ciência e Tecnologia -C&T- deveria ter tido um projeto específico a ser trabalhado com as comunidades e com as escolas do campo, uma vez que estas especificidades precisam ser observadas, porém, na rede municipal pesquisada não há registro de implantação de uma proposta para estas escolas. O programa foi tratado sem direcionamento específico, sem objetividade, sem cuidado para com as comunidades campesinas, conforme orientam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, disposta na Resolução CNE/CEB 01/2002 de 03 de abril, em seu Artigo 8º, Inciso II que prevê: “direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável”. Em síntese, as populações campesinas requerem programas objetivos, que funcionem nas comunidades, que tenham uma funcionalidade e os auxiliem diante das adversidades encontradas no meio social, mas sobretudo, propostas que sejam úteis para a vida do/no campo.

De acordo com informações encontradas no site do Governo Federal, para que os municípios pudessem ter acesso ao Programa Proinfo era necessário assinar o Termo de Adesão ou (Termo de Compromisso) que estabelecia regras a serem cumpridas. O Termo de Adesão consiste em doze cláusulas que devem ser executadas, sobretudo pelo governo municipal. O documento pode ser encontrado na página do governo Federal “<http://portal.mec.gov.br/>, de 30 de junho de 2008”.

Em observância aos documentos do município de Vitória da Conquista, constata-se que o gestor municipal assinou o Termo de Adesão do Programa no dia 28 de dezembro do ano de 2007. Os laboratórios de informática foram entregues a partir do ano de 2008 e as remessas de equipamentos chegaram até o ano de 2011. Os dados abaixo apresentam a quantidade de laboratórios de informática recebidos pelo município.

Quadro 1: Quantidade equipamentos recebidos nas escolas do município, nos anos 2008 à 2011, segundo Relatório enviado pelo DIRT/FNDE

Quantidade de laboratórios de informática enviados para o município	95
Quantidade de escolas que receberam os equipamentos no município	71
Quantidade de escolas do campo existentes no ano de 2011	13
	9

Quantidade de escolas do campo que receberam equipamentos até o ano 2011	37
Quantidade de escolas urbanas que receberam os equipamentos até o ano 2011	34
Quantidade de escolas urbanas que receberam equipamentos como Proinfo-Rural	19

Fonte: MEC/ PROINFO- Elaborado pela autora/2018.

Os dados acima revelam que há várias infrações a serem verificadas, no tocante à distribuição dos laboratórios de informática das escolas do campo, entre elas, a quantidade de escolas do campo existentes naquele ano e o quantitativo de equipamentos que foram recebidos. Como observado, apenas 25,5%, em média, das escolas dos espaços campestres foram atendidas pelo recebimento dos equipamentos. Outro dado que chama atenção no quadro acima é o quantitativo de laboratórios de informática do Proinfo-Rural que foi entregue em escolas do meio urbano, ou seja, mais de 16% de equipamentos destas escolas foram distribuídos em espaços educacionais urbanos, o que revela a falta de respeito e cuidado para com os povos e com a educação do campo.

No ano de 2011, segundo Santos (2019b), o município tinha um total de 139 escolas funcionando no campo, atendendo a um total de 14.833 alunos. Os kits de laboratórios de informática foram entregues em apenas 35 escolas, as demais 102 ficaram sem atendimento do programa. O tratamento diferenciado que as escolas do campo recebem, em detrimento das escolas do meio urbano, é outro fator que merece um olhar cauteloso ao se discutir a instalação dos laboratórios de informática nas escolas públicas.

A pesquisa de campo de Santos (2019b), revelou que existe uma distorção entre o relatório enviado pelo DIRT/FNDE e a realidade das escolas pesquisadas, ou seja, o número de escolas que recebeu⁶ os laboratórios de informática e o número de escolas que teve os laboratórios de informática instalados pode ser menor que o quantitativo relatado pelo órgão. Após as visitas realizadas pela pesquisadora foi identificado que as escolas mais distantes dos Círculos Escolares Integrados (CEI), as chamadas Escolas Extensões ou Nucleadas, não tiveram os equipamentos instalados. Conforme relato de pesquisados destas unidades de ensino, ainda é possível encontrar equipamentos encaixotados nas respectivas escolas.

⁶ De acordo com a pesquisa de Santos (2019b), algumas escolas receberam os equipamentos, mas, não foram montados até o ano de 2019.

A coleta de dados durante a pesquisa revelou, também, que até o ano de 2019 a grande maioria das unidades de ensino do campo ainda sofria com problemas da falta de acesso às tecnologias e todas as ferramentas necessárias ao desenvolvimento do processo educacional.

O município tem, segundo informações do setor Legalização Escolar da Secretaria Municipal de Educação (SMED), 21 Círculos Escolares Integrados (CEI), compostos por Escolas de Assentamento do Movimento Sem Terra, Escolas Nucleadas (Isoladas) e Círculos Escolares Integrados instalados em distritos e povoados. Durante o processo de coleta de dados a pesquisadora esteve em seis Círculos Escolares Integrados (CEI) da Educação do Campo a fim de identificar a situação em que se encontram os laboratórios de informática que o programa enviou ao município. Foi constatado que em apenas um CEI da Educação do Campo existe o laboratório de informática funcionando e com a contrapartida da gestão escolar e do programa governamental, Mais Educação, sendo este uma política Pública Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE.

Dos 21 Círculos Escolares existentes na rede municipal de ensino, 16 deles receberam os equipamentos e apenas 3 dessas escolas ocorre o funcionamento da internet fornecida pelo Governo Federal, ainda que o laboratório de informática não funcione. Em contrapartida, conforme informação do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), 48 das 53 escolas do meio urbano funcionam com acesso à internet fornecida pela administração municipal.

No tocante às escolas do campo foi verificado as dificuldades e falta de condições objetivas para funcionamento dos laboratórios de informática, entre estas destacam-se: infraestrutura precária de algumas unidades de ensino; não instalação de equipamentos tecnológicos; dificuldades de acesso ou falta total de energia elétrica, dentre outros motivos.

Quanto ao acesso à internet em escolas do campo foi verificado que; dos 21 Círculos Escolares Integrados (CEIs) pesquisados em 15 destes espaços os trabalhadores da educação do campo pagam para ter acesso à pacotes de internet instalados nas unidades de ensino e o valor do referido serviço é dividido entre todos os funcionários, independente da função que exerça na escola. Segundo destaca um dos pesquisados, esta ação é necessária a fim de que haja “certeza” do fornecimento de internet, bem como o contato com o meio urbano. Conforme descrito no quadro abaixo, segue a relação das escolas que em que os funcionários pagam os serviços de internet às empresas terceirizadas.

Quadro 2: Descrição dos CEIs e a relação com a compra de pacotes de internet, 2018.

	Relação dos Círculos Escolares	Valor pago por mês	Montante final do ano
01	Assentamento Chapadão/ Escola Municipal Fábio Henrique	R\$ 90,00	R\$ 1.080
02	Assentamento Sede I,	R\$ 90,00	R\$ 1.080
03	Assentamento Sede II,	Compra de um modem pelos educadores, valor não informado.	—
04	CEI de Bate-Pé	R\$ 60,00	R\$ 720,00
05	CEI de Cabeceira	Não há custos, o fornecimento de internet é feito pela empresa que usa a torre vizinha à escola.	—
06	CEI de Campo Formoso	R\$ 60,00	R\$ 720,00
07	CEI de Capinal	O fornecimento de internet é feito pelo Governo Federal.	—
08	CEI de Cercadinho	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
09	CEI Intermediário Núcleo I	Este CEI é composto por diversas escolas, em lugares mais distantes da sede do município, e dos distritos rurais, não há registro de compra de pacotes de internet a direção escolar trabalha nas dependências da SMED, no meio urbano.	—
10	CEI Intermediário Núcleo II	Este CEI é composto por diversas escolas, em lugares mais distantes da sede do município e dos distritos rurais, não há registro de compra de pacotes de internet a direção escolar trabalha nas dependências da SMED, no meio urbano.	—
11	CEI de Dantelândia	R\$ 80,00	R\$ 960,00
12	CEI da Estiva	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
13	CEI Gameleira	R\$ 70, 00	R\$ 840,00
14	CEI de Iguá	Pacote pago em uma parcela	R\$ 930,00
15	CEI de Inhobim	R\$ 97,00	R\$ 1.164,00
16	CEI de José Gonçalves	R\$ 100,00	1.200,00
17	CEI da Limeira	R\$ 80,00	R\$ 960,00



18	CEI de Pradoso	A escola recebe o fornecimento de internet via governo Federal.	—
19	CEI de São João da Vitória	R\$ 50,00	R\$ 600,00
20	CEI de São Sebastião	R\$ 70,00	R\$ 840,00
21	CEI de Veredinha	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Valor total anual pago por 15 CEIs da Educação do Campo			14.094,00

Fonte: Santos, Eliane N. (2019)⁷

O quadro acima releva o montante que 15 escolas do campo pagam às empresas privadas para conseguirem usufruir do serviço de internet. Como pontuado, esta situação revela o descaso no qual são tratados os profissionais da educação do campo no município de Vitória da Conquista, sendo “obrigados” a custearem mais uma despesa para conseguirem trabalhar no campo. Ainda de acordo a pesquisa realizada, os gestores municipais, até a presente data não complementam os salários dos educadores do campo com tal despesa, bem como, não apresentam uma proposta de instalação de internet ou de reparação na estrutura física para que estas escolas possam receber os equipamentos ou o sinal de internet.

De acordo relato feito pelos diretores dos CEIs a Secretaria Municipal da Educação (SMED) utiliza as redes sociais e virtuais com o objetivo de se comunicar com as escolas no campo. Por meio do correio eletrônico (e-mails), são entregues os ofícios, avisos, recados e pelo aplicativo de mensagens (WhatsApp), são feitas as comunicações e troca de informações, sendo estas diariamente e necessárias, com todos os setores da Secretaria Municipal de Educação. Ainda foi informado, durante a coleta de dados, que uma escola situada a 18 km da sede do município paga uma linha telefônica para manter o contato com o meio urbano.

Outra evidência trazida na pesquisa e que merece reflexão é a existência do serviço de internet fornecido pelas empresas particulares nos espaços rurais, como indagação destaca: se no município pesquisado existem escolas que recebem o serviço de internet fornecido por empresas privadas, que conseguem levar e instalar o serviço aos mais longínquos lugares, por que tal projeto não está sendo implementado pelos federados, como serviço público nas escolas

⁷A pesquisadora obteve os dados apresentados a partir das informações adquiridas nas secretarias das escolas municipais do campo de Vitória da Conquista/BA, bem como no Núcleo de Tecnologia e Informação, -NTI/SMED.

públicas do campo? A resposta a este questionamento pode ser dada ao observar a situação e forma na qual é mantida e tratada Educação do Campo, por diversos anos, em todo o país.

De fato, a pesquisa mostra que há possibilidades de expandir este mesmo serviço em várias localidades que compõem a área rural do município, isentando os funcionários de mais um custo e mais uma responsabilidade para si, bem como, levando o acesso à tecnologia educacional e a internet a muitos estudantes do campo. A falta de conhecimento de que a realidade é totalidade social concreta, resulta na incompreensibilidade do fenômeno (desigualdade no acesso as TIC) enquanto uma lógica de políticas públicas neoliberais que se efetiva no discurso de responsabilização das instituições escolares e culpabilização dos professores e estudantes quanto a não efetivação do ensino e aprendizagem (SANTOS, 2019c).

Os resultados (quadros 1 e 2), evidenciam de forma mais contundente que os professores e estudantes do campo não compartilham das mesmas condições sociais e econômicas para a concretização de um ensino que utilize a TIC, essa realidade é resultado da negligência e abandono daqueles que deveriam, por lei, garantir a educação pública de qualidade no/do campo.

Corroborando com Bonilla e Oliveira (2011), podemos afirmar que as políticas públicas educacionais não consideram as TIC como parte integrante dos processos de ensino, o que de fato acontece é a desarticulação entre políticas públicas, as TIC e a sociedade, isso faz com que haja um ensino sob a perspectiva conteudista sem uma análise crítica sobre o que está sendo ensinado e o que está sendo compreendido. Essa (des)articulação pelo Estado possibilita a manutenção do poder econômico para poucos e a desigualdade social para muitos.

Há uma enorme desigualdade de acesso as TIC no Brasil, a negligência, por parte do poder público municipal de Vitória da Conquista, em relação aos direitos fundamentais para a interação, socialização, debates de ideias, formação cultural, científica e tecnológica, e faz com que as escolas, os professores e estudantes não acompanhem o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação -TIC, bem como da Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação -TDIC.

Enquanto o Estado advogar em favor de propostas pela visão empresarial, com a reestruturação da educação, conforme as necessidades do mercado, com a contenção do gasto público na educação, com o projeto conservador e autoritário, no qual tira o direito de acesso às TIC na escola pública, haverá constantes impactos negativos para os sujeitos do campo. A desigualdade do acesso à TIC traz o aprofundamento da exclusão social e escolar, por isso

torna-se fundamental destinar financiamento e implementar políticas públicas de forma democrática e adequada a realidade dos professores e estudantes do campo. Há que se pensar em estratégias para garantir e assegurar o direito a democratização do acesso adequado as TIC, dentre outros fatores, como o investimento na formação de professores, melhoria nas condições de trabalho e infraestruturas das unidades de ensino.

Considerações finais

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa sobre o funcionamento dos laboratórios de informática que o programa Proinfo propunha levar às escolas, visando o acesso de discentes e docentes às várias ferramentas tecnológicas e principalmente o acesso à internet. Os dados apontam que não houve cumprimento das regras estabelecidas no Termo de Adesão assinado pelos federados no ano de 2007.

No município pesquisado ocorreu a distribuição de 95 kits de laboratórios de informática nas escolas públicas e dentre este montante, a distribuição em 35 escolas do campo. Os dados relevaram que dos kits distribuídos em escolas do campo, há funcionalidade em apenas uma delas. Nas demais unidades pesquisadas há problemas na instalação dos equipamentos, na parte elétrica e na distribuição dos equipamentos. Consta ainda que 19 kits de equipamentos das escolas do campo foram deslocados para as escolas do meio urbano. Em suma, no decorrido tempo histórico de 14 anos, as escolas não tiveram como usufruir do programa que pleiteava levar a internet para o interior das escolas.

Referências

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Inclusão Digital nas Escolas**. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135>> Acesso em: 01 de junho 2021.

BONILLA, M. H. S.; OLIVEIRA, P. C. S. de. **Inclusão digital**: ambiguidades em curso. Salvador: EDUFBA, 2011. E-book. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063-03.pdf> . Acesso em: 15 de jun. de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO)**. Secretaria de Educação a Distância - SEED - julho/1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto nº6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia educacional (PROINFO). Brasília, 2007.

BRASIL. **Portaria Nº 522, de 9 de abril de 1997-** Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Brasília, DF, 1997.c

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 6ª Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos**.

Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. Editora EPU, 1996.

SANTOS, Arlete Ramos. Políticas Públicas Educacionais para Escolas do Campo. In: SANTOS, Arlete R.; CARDOSO, Elisângela A.M.; CAETANO, Maria R. (Orgs). **Políticas Educacionais no cenário brasileiro: reificações e contradições no sistema capitalista**. Curitiba: Appris, 2019a

SANTOS, Eliane Nascimento dos. **A política do Proinfo no ensino fundamental: estudo sobre os laboratórios de informática em escolas do campo no município de Vitória da Conquista/ Ba**. Dissertação (Mestrado em Ensino). 260f. Vitória da Conquista, UESB, 2019b

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. CARVALHO, Ângela Maria Grossi de. **Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação**. IN: Inf. & Soc.: Est. João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009

SANTOS, Vanessa Costa dos. **As Diretrizes Neoliberais e suas implicações sobre a política de fechamento de Escolas do Campo em Vitória da Conquista – BA**. Dissertação (Mestrado em Ensino). 266f. Vitória da Conquista, UESB, 2019c

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da Literatura**. Sociologias, Porto alegre. Ano 8, jul/dez, 2006, p. 20-45.